MODELO DE PETIÇÃO

UNIÃO ESTÁVEL. AÇÃO RECONHECIMENTO E EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ALIMENTOS. INICIAL

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz de Direito da ... Vara Cível da Comarca de ...

(nome, qualificação, endereço, CPF e e-mail), por seu advogado *in fine* assinado, ut instrumento de procuração anexo (doc. n. ...), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aforar em face de ..., a presente AÇÃO DE RECONHECIMENTO E EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL o que faz com fundamento no art. 694 e seguintes do Código de Processo Civil e pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I. FATOS E DIREITO

1. (Expor os fatos, descrevendo a época do início da relação, acontecimentos durante a união, notadamente situações fáticas suficientes à prova da união estável existente entre as partes, como notoriedade, publicidade, continuidade, fidelidade, existência de filhos comuns etc., a data do término e o motivo que a ensejou).

2. Os bens adquiridos durante a união estável foram os seguintes: ...

3. Posta assim a questão, configurou-se claramente o *“affectio maritalis”* com a convivência pública, contínua, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família, o que autoriza nos termos do art. 1.723 do Código Civil, o reconhecimento da união estável que, nada obstante, findou-se em ...

II. ALIMENTOS

4. Tendo em vista que sempre se dedicou às tarefas domésticas, a requerente necessita dos alimentos pelo período de ... (...) anos, aptos a permitir a readequação da sua vida, tendo em vista que o requerido nunca a deixou exercer atividade laborativa.

5. Para tanto, tendo em vista que o requerido recebe ..., em razão das suas atividades, o que se prova pelos documentos anexos (doc. n. ...).

6. É preciso notar que o requerido (detalhar as atividades e a renda do casal).

III. PEDIDOS

7. ***Ex positis***, nos termos do art. 693 e seguintes do Código de Processo Civil, requer a Vossa Excelência:

a) seja citado o requerido pelo correio para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, dispensando Vossa Excelência a audiência do art. 695 do Código de Processo Civil tendo em vista a absoluta impossibilidade de reconciliação e, se assim não entender Vossa Excelência, que seja a mesma marcada com a maior brevidade, devendo o requerido ser citado para nela comparecer;

b) ao final, não havendo acordo e com a contestação apresentada pelo requerido, querendo, no prazo do art. 335 do Código de Processo Civil, seja julgada procedente a presente ação com a decretação do divórcio do casal e, após as formalidades legais, a expedição de mandado de averbação e formal de partilha nos termos da lei;

c) a condenação do requerido nos alimentos devidos à requerente, durante 3 (três) anos, no valor de 1/3 dos seus vencimentos, deduzidos, apenas, os descontos fiscais e previdenciários obrigatórios, deferindo Vossa Excelência tutela provisória de urgência nos termos do art. 297 do Código de Processo Civil;

d) a partilha dos bens dos conviventes, posto que adquiridos onerosamente no curso da união estável, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um, com as necessárias averbações;

e) a condenação do requerido ao pagamento de custas e honorários por ter dado causa à presente demanda litigiosa.

f) tendo em vista que não há interesse de incapazes posto que a guarda e os alimentos estão sendo discutidos em ação própria, requer-se, nos termos do art. 698 do Código de Processo Civil a dispensa da oitiva do Representante do Ministério Público;

g) a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela produção de prova documental, testemunhal, pericial e inspeção judicial, além da juntada de novos documentos e demais meios que se fizerem necessários.

Valor da causa: R$ ... (...)

Pede Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)